

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.549 - MG (2019/0282199-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
REQUERENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORE : KLEBER SILVA LEITE PINTO JUNIOR - MG101800
S
CLARA SILVA COSTA - MG056335
REQUERIDO : CONCEIÇÃO MOREIRA DOS SANTOS
INTERES. : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei apresentado pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 19 da Lei 12.153/2009, contra o acórdão da Turma de Uniformização de Jurisprudência do Sistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Sustenta a parte requerente, em apertadíssima síntese, que (fls. 67/68):

Não obstante esteja claramente demonstrado o dissídio jurisprudencial e o absurdo da manutenção da condenação do Estado, em contrariedade não apenas à referida Súmula n. 421 do STJ, como também à tese vinculante do recurso especial julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos (REsp 1.108.013 - RJ), a Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais não conheceu o incidente, sob o fundamento de que a questão debatida não seria de direito material, mas de direito processual. [...]

Embora a condenação ao pagamento de honorários de sucumbência ocorra no bojo de processo judicial e esteja prevista no Código de Processo Civil, tal condenação cria um direito de crédito, que é uma relação jurídica de natureza material.

Efetivamente, a condenação ao pagamento de honorários gera um vínculo jurídico obrigacional, em que de um lado o sucumbente (devedor) fica obrigado ao pagamento de certa quantia ao vencedor (credor).

O fato de que a norma que prevê a fixação dos honorários esteja presente no Código de Processo Civil, disso não decorre necessariamente que seja uma norma processual.

O voto condutor do relator na Turma de Uniformização não discorda completamente que questões relativas a honorários

Superior Tribunal de Justiça

advocatícios sejam questões de direito material. Entende, porém, que as questões relativas ao pagamento de honorários de sucumbência são questões de direito material apenas quando se trate de honorários devidos a advogados privados, situação em que a discussão versaria sobre direito material pelo fato desses honorários terem caráter alimentar. Tal distinção não faz qualquer sentido lógico.

A criação de um direito de crédito com a sentença condenatória ocorre tanto para o advogado privado, quanto para a Defensoria Pública. O fato de o direito de crédito para o advogado ter caráter alimentar, que é simplesmente uma qualificação adicional do crédito, não desfigura o caráter obrigacional de direito material quando o crédito dos honorários advocatícios cabe à Defensoria Pública. Ora, a mera qualificação de um crédito como alimentar e outro não, trabalhista ou quirografário, tributário ou previdenciário, não tem o condão de alterar a sua original natureza obrigacional.

No caso concreto, ademais, o centro da questão não é a aplicação do diploma processual, mas, antes, a incidência de norma indiscutivelmente de direito material sobre a extinção das obrigações em decorrência da confusão (art.

381, do Código Civil). Com efeito, a base legal que deu causa a emissão da Súmula 421 do STJ é o art. 381 do Código Civil, que trata da confusão como causa de extinção das obrigações.

A questão em debate é: incide ou não o art. 381 do Código Civil quando a Defensoria Pública patrocina causas contra o ente de que faz parte, gerando uma impossibilidade lógica e jurídica de condenação ao pagamento de honorários de sucumbência do Estado ao próprio Estado?

Assim, a possibilidade de condenação do Estado ao pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública, que é um órgão da sua estrutura administrativa, sem personalidade jurídica própria, é questão indiscutivelmente de direito material, questão de Direito Civil, relativa ao regramento legal das modalidades de extinção de obrigações.

À luz desses argumentos, aduz que (fl. 69):

Portanto, deve ser reformado o acórdão ora impugnado que não conheceu o incidente de uniformização de jurisprudência sob o fundamento de que a questão em discussão não era de direito material.

Quanto à questão de fundo, afirma o seguinte (fl. 69):

Em relação ao mérito do incidente de uniformização, é

Superior Tribunal de Justiça

sumulado e vinculante o entendimento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça sobre a impossibilidade de condenação do Estado ao pagamento de honorários de sucumbência à Defensoria Pública em decorrência da confusão (art. 381, do Código Civil), o que impõe a necessária reforma de decisão condenatória prolatada contra o Estado de Minas Gerais, obrigando-o ao pagamento de honorários advocatícios à sua Defensoria Pública.

O acórdão recorrido, ao inadmitir o incidente suscitado pelo Estado acaba por manter decisão frontalmente em desacordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, requer seja admitido e remetido o presente pedido de uniformização de interpretação de lei para julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, e que seja reformada a decisão da turma recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública que condenou o Estado ao pagamento de honorários advocatícios à sua Defensoria Pública Estadual, em divergência com a Súmula 421 da corte de destino.

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Preceituam os arts. 18 e 19, *caput*, da Lei 12.153/2009 o seguinte:

*Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de **direito material**.*

[...]

§ 3º Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça, o pedido será por este julgado.

Art. 19. Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

[...]

§ 6º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 1º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou os declararão prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

No caso, mostra-se inviável o processamento do presente feito, visto que a parte requerente não o instruiu com os documentos necessários para a comprovação do dissídio, notadamente a cópia do acórdão recorrido, prolatado pela Turma de

Superior Tribunal de Justiça

Uniformização de Jurisprudência do Sistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

ANTE O EXPOSTO, com base no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, **não conheço** do pedido de uniformização de interpretação de lei.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

